



Divulgação

ANS

Planos proibidos: 4,1 milhões de clientes

Cerca de 4,1 milhões de pessoas haviam contratado os 150 planos de saúde que estão com vendas proibidas por três meses (desde ontem), devido ao elevado número de queixas. O levantamento foi feito pelo site iG com base nos dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Esse volume de clientes representa cerca de 39% das carteiras de clientes das operadoras atingidas. **ig**

Nelson Barbosa defende o governo em debate na FGV

O ex-secretário da Fazenda diz a economistas de sua nova casa que Mantega manteve base da política econômica

Fernanda Nunes
fernanda.nunes@brasileconomico.com.br

Do outro lado do balcão, o ex-secretário executivo do Ministério da Fazenda Nelson Barbosa não poupou palavras para destilar otimismo “acima da média” (em suas próprias palavras) sobre as perspectivas econômicas para 2014. Em sua primeira aparição pública longe do Executivo, como integrante do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) — instituição tradicionalmente crítica à política da presidente Dilma Rousseff — Barbosa contrariou a definição dos seus pares do Ibre. E iniciou sua palestra contrariando a afirmação de que a “nova matriz econômica”, do ministro Guido Mantega, tenha transformado as estruturas da política econômica.

A polêmica com Barbosa, entretanto, foi além do diálogo e se estendeu ao debate iniciado pelo economista Delfim Netto, sobre a “tempestade perfeita” para a qual o Brasil caminha. Segundo Delfim Netto, o país corre o risco de ser pego no contrapé em 2014, se não conseguir reverter a confiança do empresariado a tempo de enfrentar a temporada de reversão da política expansionista dos Estados Unidos.

“A nova matriz é de preços relativos, mas mantém o arcabouço da política econômica”, afirmou Barbosa, durante o seminário “Perspectivas da Economia Brasileira para 2014”, promovido pelo Ibre. A sua fala foi direcionada ao economista Samuel Pessoa, para quem “a implantação da nova matriz econômica não deu certo”, porque não houve aceleração da arrecadação pelo governo na mesma proporção das desonerações concedidas a alguns segmentos produtivos.

A utilização do termo “nova matriz econômica” por Mantega ocorreu pela primeira vez em julho de 2012, ao sugerir que os três vetores do velho tripé — medidas de cunho fiscal, monetário e cambial — ganhariam novo peso na condução da economia para que o país conseguisse enfrentar a crise internacional.

Sobre a “tempestade perfeita” de Delfim, Barbosa limitou-se a afirmar que não concordava, logo após detalhar suas projeções otimistas para a economia brasileira



Para Barbosa, o repasse do custo da geração térmica aos consumidores finais e o reajuste dos combustíveis salvarão as contas públicas

“

A nova matriz é de preços relativos, mas mantém o arcabouço da política econômica... Saí do governo, mas continue sendo mais otimista do que a média dos economistas

Nelson Barbosa

Ex-secretário da Fazenda

em 2014. A perspectiva do economista é de que a taxa real de juros flutue de 2% a 6% no ano, com uma tendência de se aproximar mais da casa dos 5%. A sua expectativa é de que o Banco Central prossiga com a política de aumento da Selic até a reunião que antecede o Carnaval, para então, reavaliar os passos seguintes. A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é projetada por ele em 6% em 2014, com a influência direta da deterioração do real frente ao dólar, que, em sua opinião, “ainda não teve os efeitos completamente sentidos no setor produtivo”.

O ponto mais otimista do cenário traçado por Barbosa foi, curiosamente, o relativo ao que hoje é o foco das críticas do mercado à política do governo: o resultado primário das contas públicas. Para o economista, a tendência é de recomposição e estabilização do superávit primário em 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB). As principais contribuições devem par-

tir, principalmente, dos setores de energia elétrica e combustíveis. Apenas com o início do pagamento da energia térmica pelos consumidores finais e com o reajuste da gasolina e do óleo diesel é esperado um reforço no resultado fiscal da União de 0,5% do PIB. Ele ressalta ainda a retração do desembolso pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no próximo ano, de R\$ 190 bilhões, em 2013, para R\$ 150 bilhões. E prevê que o “candidato natural” ao corte de financiamento sejam os governos dos estados e municípios.

Ao iniciar sua fala, Barbosa fez questão de dirigir-se aos jornalistas presentes na plateia para frisar que não faz mais parte do governo e que, por isso, não fala como governo. A conclusão de sua palestra, contudo, foi direcionada aos economistas do Ibre. Contrariando a tese de deterioração da política fiscal no governo Dilma, afirmou: “Saí do governo, mas continue sendo mais otimista do que a média”.

A perspectiva é de que a taxa real de juros flutue de 2% a 6% no ano, devendo ficar mais próxima dos 5%; para o superávit primário, a previsão é de estabilização em 1,5% do PIB

José Cruz/ABr